

Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2011)

3º Trimestre de 2016

Capacidade de financiamento da economia aumentou para 0,9% do PIB

A capacidade de financiamento da economia situou-se em 0,9% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano terminado no 3º trimestre de 2016, mais 0,1 pontos percentuais (p.p.) que a observada no trimestre anterior. A poupança bruta diminuiu 1,2%, verificando-se um crescimento da despesa de consumo final da economia (0,7%) superior ao aumento do Rendimento Disponível Bruto (RDB) da nação (0,4%). Rendimento Nacional Bruto (RNB) aumentou menos que o PIB (0,5% e 0,7% no 3º trimestre de 2016, respetivamente), refletindo o agravamento do saldo dos rendimentos de propriedade com o exterior.

A taxa de poupança das Famílias fixou-se em 4,0%, mais 0,1 p.p. que no trimestre precedente, refletindo um crescimento ligeiramente mais elevado do rendimento disponível comparativamente com o da despesa de consumo final (0,8% e 0,7%, respetivamente). A capacidade de financiamento das famílias passou de 0,6% para 0,8% do PIB no 3º trimestre de 2016, enquanto os saldos das sociedades não financeiras e das sociedades financeiras estabilizaram em 0,4% e em 3,3% do PIB, respetivamente.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) aumentou 0,1 p.p., passando de 3,5% do PIB no ano acabado no 2º trimestre de 2016 para 3,6%. Este aumento resultou do efeito conjugado da redução de 0,1% da receita e do aumento de 0,3% da despesa. Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em -812,9 milhões de euros no 3º trimestre de 2016, correspondente a -1,7% do PIB. No conjunto dos três primeiros trimestres de 2016, o saldo das AP foi -2,5% do PIB (-3,4% em igual período do ano anterior).

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) do 3º trimestre de 2016.

Os agregados de Contas Nacionais estão expressos exclusivamente em termos nominais.

Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam, referem-se ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente.

Contas Nacionais – 3º trimestre de 2016

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de [Contas Nacionais](#) do Portal do INE:

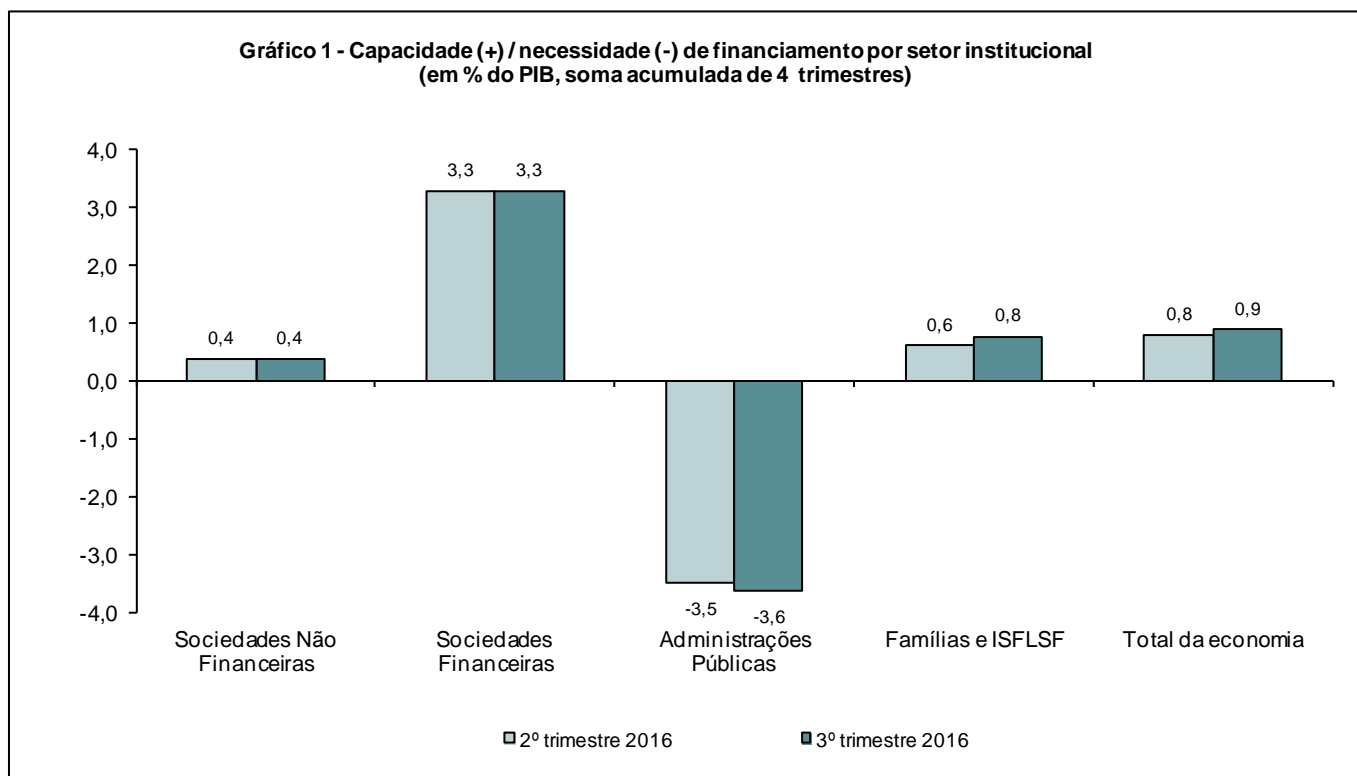
Capacidade de financiamento da economia aumentou para 0,9% do PIB

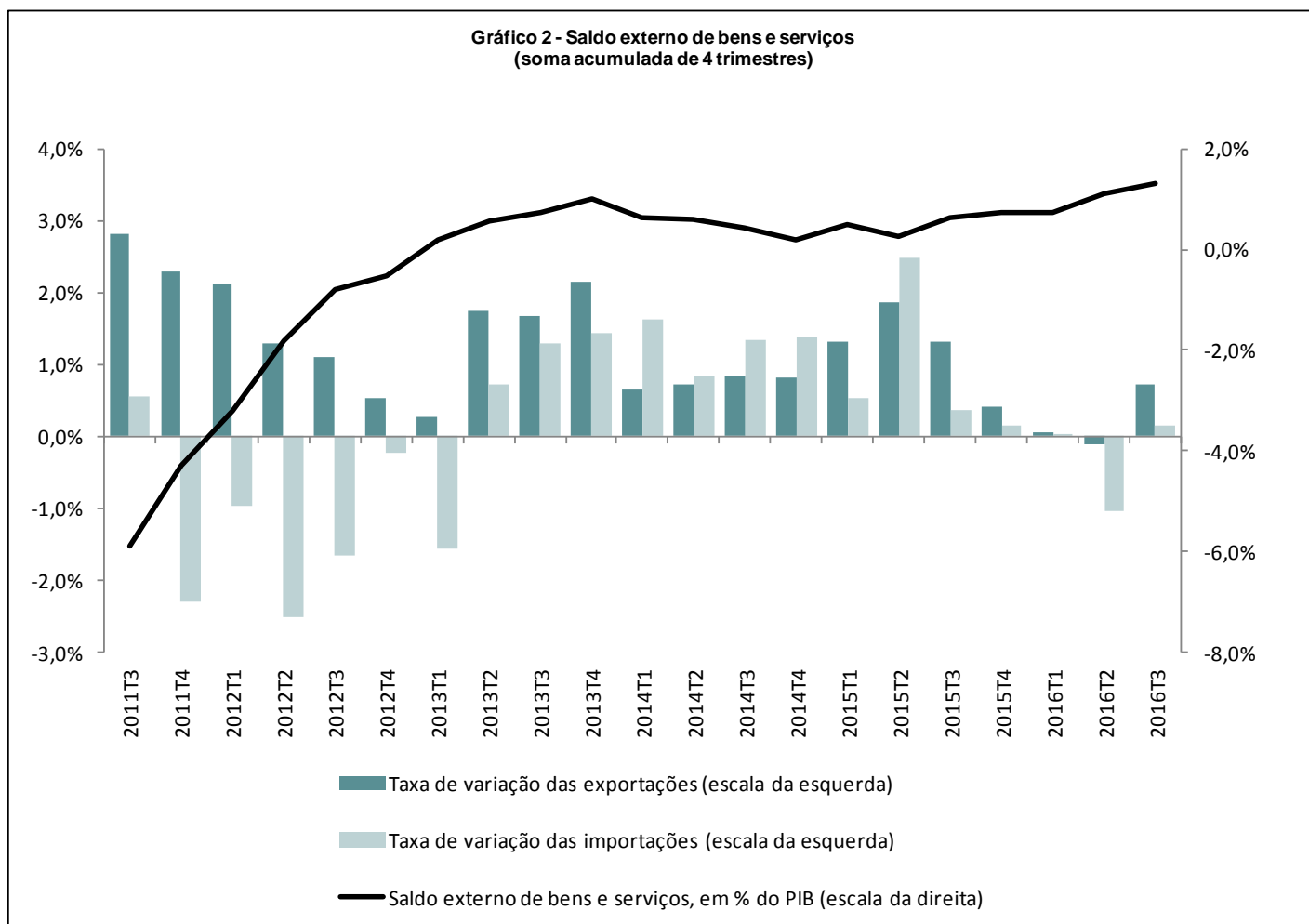
A economia Portuguesa registou uma capacidade de financiamento de 0,9% do PIB no 3º trimestre de 2016, mais 0,1 p.p. que no trimestre anterior. O RDB aumentou 0,4%, devido ao acréscimo de 0,7% no PIB nominal, que foi em grande medida compensado pelo aumento da Despesa de Consumo Final (taxa de variação de 0,7% no ano acabado no 3º trimestre de 2016), determinando uma redução de 1,2% da poupança bruta. Esta redução foi mais que compensada pela diminuição da FBC e pelo aumento do saldo das transferências de capital, verificando-se um aumento da capacidade de financiamento da economia.

O gráfico 1 apresenta a evolução da capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento da economia por setor institucional. A necessidade de financiamento das AP aumentou 0,1 p.p., fixando-se em 3,6% do PIB. Este ligeiro agravamento do saldo das AP resultou

essencialmente da diminuição dos impostos correntes sobre o rendimento pagos pelas Famílias. Os saldos das Sociedades Não Financeiras e das Sociedades Financeiras estabilizaram em 0,4% e 3,3% do PIB, respetivamente. Dado que os valores analisados respeitam a saldos acumulados de 4 trimestres, a elevada capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras reflete o impacto positivo da injeção de capital no Banif no 4º trimestre de 2015, que representou 1,3% do PIB. Simetricamente, o saldo das AP reflete o efeito negativo dessa operação. A capacidade de financiamento das Famílias aumentou 0,2 p.p. para 0,8% do PIB, tendo o rendimento disponível aumentado mais que a despesa de consumo final.

O saldo externo de bens e serviços aumentou para 1,3% do PIB (mais 0,2 p.p. que no trimestre anterior), tendo as exportações de bens e serviços aumentado 0,7%, mais 0,5 p.p. que as importações (ver gráfico 2).





Famílias: capacidade de financiamento aumentou para 0,8% do PIB

A capacidade de financiamento das Famílias¹ atingiu 0,8% do PIB no ano acabado no 3º trimestre de 2016 (0,6% no trimestre anterior).

A taxa de poupança das Famílias aumentou para 4,0% do rendimento disponível (mais 0,1 p.p. que no trimestre anterior). Esta evolução é descrita no gráfico 3 e resulta do crescimento mais elevado do rendimento disponível relativamente à despesa de consumo final (taxas de variação de 0,8% e 0,7% respetivamente).

¹ Inclui as Famílias e as instituições Sem Fim Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF). Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo.

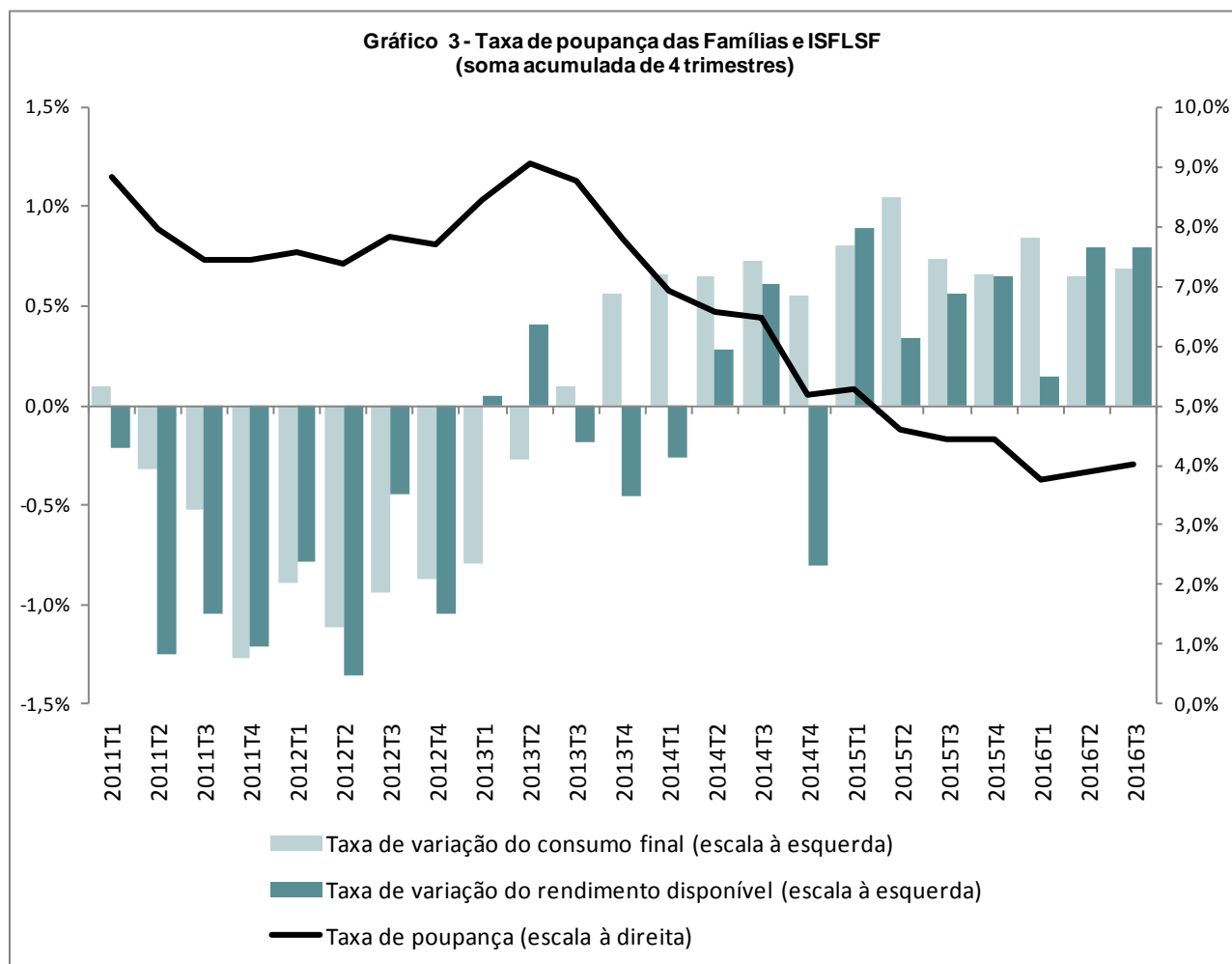
O crescimento do rendimento disponível das Famílias resultou principalmente do aumento de 0,9% das remunerações recebidas, por contrapartida sobretudo das remunerações pagas pelas Sociedades Não Financeiras. Em segundo lugar, há a destacar o impacto do imposto sobre o rendimento pago pelas Famílias, que registou uma diminuição de 3,4%, o que poderá estar em parte associado a alterações nos prazos de reembolso e de cobrança.

Como se observa no quadro 1, que apresenta a decomposição da taxa de variação do rendimento disponível (0,8%), as remunerações apresentaram o contributo mais relevante (0,6 p.p.) para aquele crescimento. O imposto sobre o rendimento pago pelas Famílias contribuiu em 0,4 p.p. para a taxa de

crescimento do rendimento disponível. Em sentido contrário destacou-se o contributo negativo dos rendimentos de propriedade, verificando-se diminuições nos juros e dividendos recebidos pelas famílias.

remunerações representavam 64,2% do rendimento disponível e o excedente bruto/rendimento misto 26,3%.

O quadro 2 apresenta a composição do rendimento disponível das Famílias. No 3º trimestre de 2016, as



Quadro 1: Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (p.p., soma acumulada de 4 trimestres)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Prestações sociais líquidas de contribuições, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1)+...(5) - (6)
2011T3	-0,6	-0,2	0,0	0,0	0,1	0,2	-1,0
2011T4	-1,0	-0,1	0,0	0,3	0,1	0,4	-1,2
2012T1	-0,7	0,0	-0,1	0,4	-0,4	0,0	-0,8
2012T2	-1,9	0,1	0,1	0,6	-0,1	0,2	-1,4
2012T3	-0,8	0,1	0,0	0,2	-0,2	-0,2	-0,4
2012T4	-1,6	0,3	-0,1	0,1	-0,1	-0,4	-1,1
2013T1	0,0	0,1	0,6	0,2	0,1	1,0	0,1
2013T2	0,0	0,1	0,2	0,3	0,0	0,1	0,4
2013T3	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,6	-0,2
2013T4	0,7	0,0	-0,3	-0,1	0,4	1,2	-0,5
2014T1	-0,2	0,0	0,0	-0,1	0,1	0,1	-0,3
2014T2	0,6	0,0	0,1	-0,5	0,1	0,1	0,3
2014T3	0,5	0,1	0,0	0,5	0,0	0,4	0,6
2014T4	-0,6	0,1	0,1	-0,5	-0,2	-0,4	-0,8
2015T1	0,5	0,1	0,2	-0,1	0,2	0,0	0,9
2015T2	0,5	0,0	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,3
2015T3	0,1	0,1	0,3	0,1	-0,1	-0,1	0,6
2015T4	0,5	0,1	-0,2	0,1	0,0	-0,1	0,7
2016T1	0,4	0,2	-0,1	-0,1	-0,3	0,0	0,1
2016T2	0,6	0,1	0,0	-0,1	0,0	-0,2	0,8
2016T3	0,6	0,1	-0,3	-0,1	0,1	-0,4	0,8

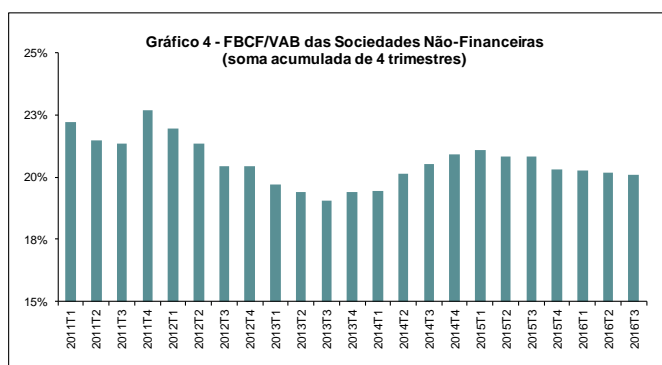
Quadro 2: Peso percentual das componentes do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (% soma acumulada de 4 trimestres)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Impostos	Prestações sociais líquidas de contribuições sociais, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas
2011T3	65,5	24,5	7,7	-8,0	6,3	4,0
2011T4	65,3	24,7	7,8	-8,5	6,6	4,1
2012T1	65,0	24,9	7,7	-8,6	7,1	3,8
2012T2	64,0	25,3	8,0	-8,8	7,8	3,8
2012T3	63,5	25,5	8,0	-8,7	8,0	3,6
2012T4	62,5	26,1	8,0	-8,4	8,3	3,5
2013T1	62,5	26,1	8,6	-9,4	8,5	3,6
2013T2	62,2	26,1	8,8	-9,4	8,8	3,6
2013T3	62,4	26,2	8,8	-10,1	8,9	3,7
2013T4	63,4	26,4	8,6	-11,3	8,8	4,1
2014T1	63,3	26,5	8,6	-11,5	8,8	4,2
2014T2	63,8	26,5	8,6	-11,5	8,3	4,3
2014T3	63,9	26,4	8,6	-11,8	8,7	4,2
2014T4	63,7	26,6	8,8	-11,4	8,2	4,1
2015T1	63,6	26,5	8,9	-11,3	8,1	4,2
2015T2	63,9	26,5	8,6	-11,2	8,1	4,2
2015T3	63,7	26,4	8,9	-11,1	8,1	4,1
2015T4	63,7	26,3	8,6	-10,9	8,2	4,1
2016T1	64,1	26,5	8,4	-10,9	8,1	3,8
2016T2	64,1	26,4	8,4	-10,7	7,9	3,8
2016T3	64,2	26,3	8,1	-10,2	7,8	3,8

Sociedades Não Financeiras: capacidade de financiamento manteve-se em 0,4% do PIB

A capacidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras fixou-se em 0,4% do PIB no ano terminado no 3º trimestre de 2016, idêntica à registada no trimestre precedente. O crescimento do Valor Acrescentado Bruto (VAB) em 0,8% foi compensado pelo aumento das remunerações pagas e pelo agravamento do saldo dos rendimentos de propriedade (sobretudo nos juros e dividendos recebidos).

A taxa de investimento, medida através do rácio entre a FBCF e o VAB, diminuiu 0,1 p.p. para 20,1% no 3º trimestre de 2016.



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento manteve-se em 3,3% do PIB

No ano acabado no 3º trimestre de 2016, o setor das Sociedades Financeiras apresentou uma capacidade de financiamento de 3,3% do PIB, idêntica à registada no trimestre anterior. Note-se que o nível elevado da capacidade de financiamento deste setor reflete a injeção de capital no Banif associada à operação de resolução implementada no 4º trimestre de 2015 e que representou 1,3% do PIB.

O VAB do setor financeiro diminuiu 1,3%, que compara com uma redução de 2,2%, no ano terminado no 2º trimestre de 2016. O saldo dos rendimentos de propriedade aumentou 11,7%, devido principalmente à diminuição dos rendimentos pagos.

Setor das Administrações Públicas: défice aumentou 0,1 p.p.

A necessidade de financiamento do setor das AP registou um aumento de 0,1 p.p. no ano terminado no 3º trimestre de 2016, relativamente ao trimestre anterior, atingindo 3,6% do PIB. O aumento da necessidade de financiamento resultou do efeito conjugado da redução de 0,1% da receita e do aumento de 0,3% da despesa (ver quadros 3 e 4).

Para a redução da receita contribuiu sobretudo a diminuição dos impostos sobre o rendimento e património (-2,4%) e, em menor grau, da receita de capital (-1,5%). Em sentido contrário, observou-se um acréscimo das restantes componentes da receita corrente, destacando-se os aumentos das contribuições sociais (1,0%) e dos impostos sobre a produção e importação (0,7%).

O comportamento da despesa foi em grande medida determinado pelo aumento da despesa corrente (0,7%), traduzindo o acréscimo das prestações sociais (0,2%), das despesas com pessoal (1,0%), do consumo intermédio (1,5%) e das outras despesas correntes (5,3%). Refira-se que o aumento das despesas com pessoal reflete a reversão das reduções remuneratórias. Pelo contrário, as despesas com juros e subsídios diminuíram, bem como a despesa de capital que registou um decréscimo de 5,1%.

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em cerca de -812,9 milhões de euros no 3º trimestre de 2016, correspondente a -1,7% do PIB (-1,1% em igual período do ano anterior).

Para o conjunto dos três primeiros trimestres de 2016, o saldo global das AP fixou-se em -3 405,6 milhões de euros, representando -2,5% do PIB (-3,4% do PIB em igual período do ano passado). Conforme se observa no quadro 5, esta melhoria do saldo foi determinada por um aumento da receita total (0,8%) e uma diminuição da despesa (-1,1%). Do lado da receita, destacam-se os aumentos da receita com impostos sobre a produção e importação (5,6%) e as contribuições sociais (3,6%). Do lado da despesa, salienta-se o decréscimo da despesa de capital (-32,7%), que representou 1,7% do

PIB (2,7% do PIB no mesmo período do ano anterior), verificando-se uma diminuição de 28,4% no investimento.

O quadro 6 sintetiza os principais ajustamentos da passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional. Comparando o 3º trimestre de 2016 com o trimestre homólogo, verificou-se uma deterioração do saldo em contabilidade nacional, em larga medida determinada pelo agravamento do saldo em contabilidade pública.

Ainda em relação ao quadro 6, é de referir que as injeções de capital são compensadas pelo efeito simétrico na rubrica do ajustamento da delimitação setorial em Contas Nacionais, não tendo em consequência impacto no saldo das AP.

Quadro 3: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: 10⁶ euros

	2015T3	2015T4	2016T1	2016T2	2016T3
Receitas totais	78 571,5	79 004,5	79 418,8	79 527,8	79 460,5
Receita corrente	76 970,2	77 477,5	77 957,9	78 194,5	78 147,4
Impostos sobre o rendimento e património	19 207,2	19 438,3	19 469,1	19 196,7	18 736,4
Impostos sobre a produção e importação	25 968,6	26 103,6	26 693,5	26 999,1	27 175,3
Contribuições sociais	20 673,9	20 775,1	20 916,2	21 121,0	21 326,6
Vendas	6 586,9	6 636,4	6 630,9	6 646,3	6 663,8
Outra receita corrente	4 533,6	4 524,2	4 248,2	4 231,4	4 245,2
Receita de capital	1 601,3	1 527,0	1 460,9	1 333,3	1 313,1
Despesas totais	84 302,7	86 825,4	86 214,8	85 889,7	86 121,3
Despesa corrente	78 886,2	79 094,8	78 849,0	78 972,5	79 559,3
Prestações sociais	34 357,3	34 637,3	34 684,4	34 810,5	34 882,4
Despesas com pessoal	20 207,1	20 272,9	20 328,6	20 488,0	20 690,8
Juros	8 293,7	8 191,3	7 973,0	7 931,2	7 871,3
Consumo intermédio	10 216,2	10 328,8	10 413,6	10 493,0	10 655,3
Subsídios	1 159,2	1 110,4	1 103,3	1 064,4	1 050,7
Outra despesa corrente	4 652,6	4 554,1	4 346,2	4 185,3	4 408,8
Despesa de capital	5 416,4	7 730,6	7 365,8	6 917,2	6 562,0
Investimento ⁽¹⁾	4 008,7	4 316,2	3 997,0	3 743,0	3 566,4
Outra despesa de capital	1 407,7	3 414,4	3 368,8	3 174,3	2 995,6
Saldo corrente	-1 916,1	-1 617,3	- 891,1	- 778,0	-1 411,9
Saldo total	-5 731,2	-7 820,9	-6 796,1	-6 361,9	-6 660,7
<i>Por Memória:</i>					
Despesa corrente primária	70 592,5	70 903,5	70 876,0	71 041,2	71 688,0
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	178 013,0	179 539,9	181 012,6	182 123,6	183 316,5
Défice em % PIB	-3,2%	-4,4%	-3,8%	-3,5%	-3,6%

Quadro 4: Taxas de variação das Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: %

	2015T3	2015T4	2016T1	2016T2	2016T3
Receitas totais	0,7	0,6	0,5	0,1	-0,1
Receita corrente	0,9	0,7	0,6	0,3	-0,1
Impostos sobre o rendimento e património	1,7	1,2	0,2	-1,4	-2,4
Impostos sobre a produção e importação	2,0	0,5	2,3	1,1	0,7
Contribuições sociais	-0,2	0,5	0,7	1,0	1,0
Vendas	2,2	0,8	-0,1	0,2	0,3
Outra receita corrente	-5,8	-0,2	-6,1	-0,4	0,3
Receita de capital	-5,7	-4,6	-4,3	-8,7	-1,5
Despesas totais	-5,7	3,0	-0,7	-0,4	0,3
Despesa corrente	-0,4	0,3	-0,3	0,2	0,7
Prestações sociais	0,4	0,8	0,1	0,4	0,2
Despesas com pessoal	-1,6	0,3	0,3	0,8	1,0
Juros	-1,5	-1,2	-2,7	-0,5	-0,8
Consumo intermédio	0,9	1,1	0,8	0,8	1,5
Subsídios	0,8	-4,2	-0,6	-3,5	-1,3
Outra despesa corrente	-1,3	-2,1	-4,6	-3,7	5,3
Despesa de capital	-47,0	42,7	-4,7	-6,1	-5,1
Investimento ⁽¹⁾	-0,9	7,7	-7,4	-6,4	-4,7
Outra despesa de capital	-77,2	142,6	-1,3	-5,8	-5,6

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 5: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas

	1-3º trimestre de 2015		1-3º trimestre de 2016		Variação em valor (%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receitas totais	57 968,4	43,1	58 424,4	42,3	0,8
Receita corrente	56 937,2	42,4	57 607,1	41,7	1,2
Impostos sobre o rendimento e património	14 236,3	10,6	13 534,5	9,8	- 4,9
Impostos sobre a produção e importação	19 305,4	14,4	20 377,1	14,8	5,6
Contribuições sociais	15 312,3	11,4	15 863,9	11,5	3,6
Vendas	4 841,7	3,6	4 869,1	3,5	0,6
Outra receita corrente	3 241,4	2,4	2 962,4	2,1	- 8,6
Receita de capital	1 031,2	0,8	817,3	0,6	- 20,7
Despesas totais	62 534,2	46,5	61 830,0	44,8	- 1,1
Despesa corrente	58 962,1	43,9	59 426,7	43,0	0,8
Prestações sociais	26 174,4	19,5	26 419,4	19,1	0,9
Despesas com pessoal	15 290,1	11,4	15 708,0	11,4	2,7
Juros	6 152,3	4,6	5 832,4	4,2	- 5,2
Consumo intermédio	7 303,6	5,4	7 630,0	5,5	4,5
Subsídios	703,2	0,5	643,5	0,5	- 8,5
Outra despesa corrente	3 338,7	2,5	3 193,4	2,3	- 4,4
Despesa de capital	3 572,0	2,7	2 403,4	1,7	- 32,7
Investimento ⁽¹⁾	2 644,4	2,0	1 894,5	1,4	- 28,4
Outra despesa de capital	927,6	0,7	508,8	0,4	- 45,1
Saldo corrente	-2 025,0	- 1,5	-1 819,6	- 1,3	
Saldo total	-4 565,8	- 3,4	-3 405,6	- 2,5	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 6: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional

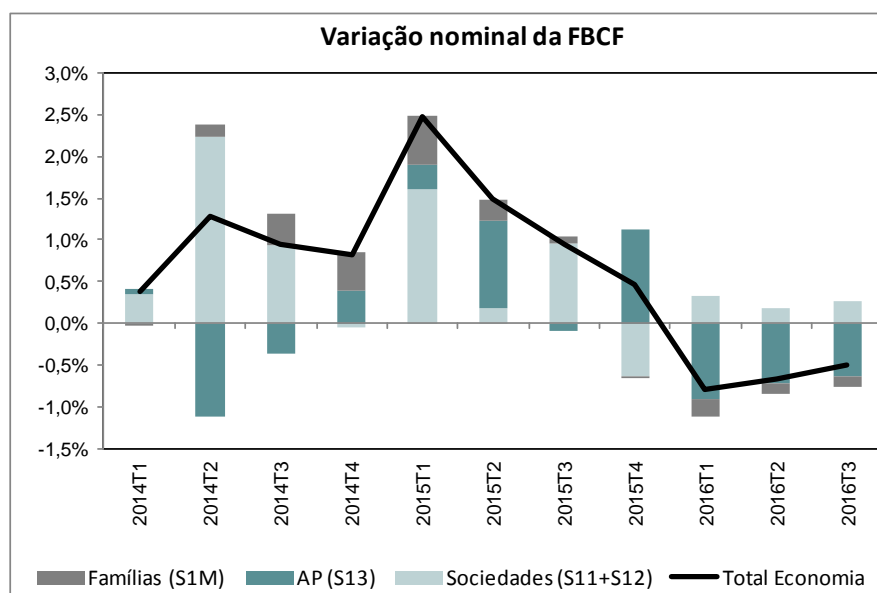
	Unidade: 10 ⁶ euros	
	2015T3	2016T3
Saldo em contabilidade pública:	704,3	- 59,2
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	449,6	1 253,2
Diferença entre juros pagos e devidos	-1 230,6	-1 095,0
Outros valores a receber:	- 193,4	- 133,8
<i>Ajust. temporal de impostos e contribuições</i>	- 245,6	- 123,2
<i>Outros</i>	52,3	- 10,6
Outros valores a pagar:	264,9	66,0
<i>Encargos assumidos e não pagos</i>	210,3	41,6
<i>Outros</i>	54,7	24,4
Outros ajustamentos:	- 508,8	- 844,1
<i>dos quais:</i>		
<i>Injeções de capital e assunção de dívidas</i>	- 285,5	- 702,6
Saldo em contabilidade nacional:	- 514,0	- 812,9
PIB Trimestral	45 918,3	47 115,3
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	-1,1%	-1,7%

Evolução do investimento por setor institucional

O investimento da economia Portuguesa, avaliado pelo comportamento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), tem apresentado um comportamento negativo em 2016, registando uma diminuição de 2,6% em termos nominais no conjunto dos primeiros três trimestres de 2016, comparativamente com igual período do ano anterior. Contudo, esse comportamento não é homogéneo entre os diversos setores institucionais internos.

No setor empresarial (Sociedades Não Financeiras e das Sociedades Financeiras) observou-se um aumento do investimento de 1,5% no conjunto dos três trimestres de 2016, traduzindo-se num contributo de 1,0 p.p. para a variação total. O setor institucional das AP tem apresentado reduções significativas do investimento em 2016, registando uma variação de -24,8% no conjunto dos primeiros três trimestres de 2016 (contributo de -3,0 p.p.). Finalmente, o investimento do setor das Famílias, composto sobretudo pela aquisição de habitação aos outros setores institucionais da economia, registou uma diminuição de 2,9% (contributo de -0,6 p.p.).

O gráfico seguinte ilustra os contributos dos diferentes setores institucionais para a variação do investimento total da economia Portuguesa (variação em cadeia entre o valor acumulado do ano terminado em cada trimestre face ao trimestre precedente).



Economia nacional: Rendimento Nacional Bruto aumentou 0,5%

No 3º trimestre de 2016, o RNB registou uma variação nominal de 0,5%, menos 0,2 p.p. que a variação do PIB nominal. O aumento do RNB inferior ao do PIB foi determinado pelo agravamento do saldo negativo dos rendimentos de propriedade com o exterior (taxas de variação de -7,0% nos rendimentos recebidos e de -0,2% nos rendimentos pagos).

Quadro 7: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2011T1	179 517	-0,2	174 405	0,3	175 652	0,4
2011T2	179 008	-0,3	174 293	-0,1	175 554	-0,1
2011T3	178 036	-0,5	174 349	0,0	175 668	0,1
2011T4	176 167	-1,1	172 772	-0,9	174 098	-0,9
2012T1	174 812	-0,8	170 489	-1,3	171 811	-1,3
2012T2	171 973	-1,6	167 736	-1,6	168 945	-1,7
2012T3	170 337	-1,0	165 896	-1,1	167 053	-1,1
2012T4	168 398	-1,1	164 317	-1,0	165 851	-0,7
2013T1	167 658	-0,4	164 355	0,0	165 927	0,0
2013T2	168 086	0,3	165 474	0,7	167 265	0,8
2013T3	168 912	0,5	166 381	0,5	168 213	0,6
2013T4	170 269	0,8	167 975	1,0	169 808	0,9
2014T1	170 733	0,3	168 335	0,2	170 432	0,4
2014T2	172 281	0,9	169 687	0,8	171 660	0,7
2014T3	173 369	0,6	170 882	0,7	172 987	0,8
2014T4	173 079	-0,2	170 117	-0,4	172 313	-0,4
2015T1	174 816	1,0	171 554	0,8	173 899	0,9
2015T2	176 594	1,0	172 792	0,7	175 096	0,7
2015T3	178 037	0,8	174 311	0,9	176 598	0,9
2015T4	179 540	0,8	175 261	0,5	177 729	0,6
2016T1	180 945	0,8	177 055	1,0	179 184	0,8
2016T2	182 048	0,6	177 661	0,3	179 995	0,5
2016T3	183 245	0,7	178 526	0,5	180 730	0,4

O RDB da nação registou um aumento de 0,4% no 3º trimestre de 2016, enquanto a despesa de consumo final da economia (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) cresceu 0,7%, resultando numa redução de 1,2% da poupança bruta da economia. Esta redução foi compensada pela diminuição da FBC em 1,1% e pelo aumento do saldo das transferências de capital com o exterior, determinando um ligeiro aumento da capacidade de financiamento para 0,9% do PIB no 3º trimestre de 2016.

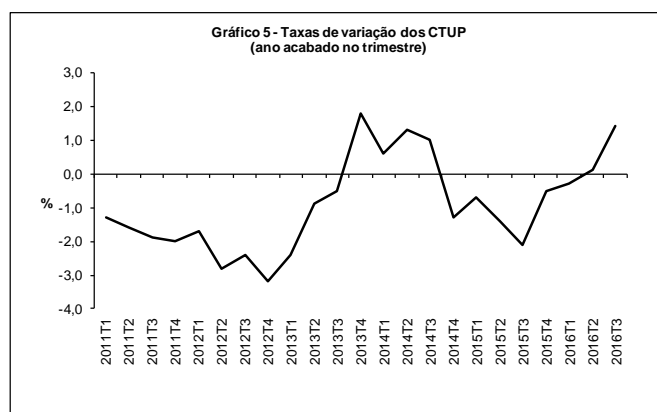
A FBC para o total da economia situou-se em 14,8% do PIB no 3º trimestre de 2016 (menos 0,2 p.p. que no trimestre anterior).

Quadro 8 - Poupança e Capacidade (+)/Necessidade de Financiamento (-) un..% do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Formação Bruta de Capital	Capacidade(+)/Necessidade(-) Líquida de Financiamento
2011T1	11,3	1,5	20,9	-8,1
2011T2	11,9	1,4	20,4	-7,0
2011T3	12,8	1,5	20,0	-5,7
2011T4	13,1	1,4	18,6	-4,0
2012T1	12,7	1,6	17,6	-3,3
2012T2	13,0	1,7	16,5	-1,8
2012T3	12,8	1,8	15,5	-0,8
2012T4	13,7	2,0	15,7	0,0
2013T1	14,3	1,8	15,1	1,0
2013T2	14,9	1,8	14,9	1,9
2013T3	15,2	1,7	14,9	2,0
2013T4	15,4	1,5	14,6	2,3
2014T1	15,4	1,6	14,9	2,1
2014T2	15,2	1,5	15,0	1,8
2014T3	15,3	1,5	15,1	1,7
2014T4	15,0	1,2	15,3	1,0
2015T1	15,1	1,2	15,1	1,2
2015T2	14,9	1,2	15,5	0,6
2015T3	15,2	1,0	15,4	0,9
2015T4	15,2	1,1	15,5	0,8
2016T1	15,2	1,0	15,4	0,8
2016T2	15,0	0,9	15,0	0,8
2016T3	14,7	1,0	14,8	0,9

Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) aumentam 1,4%

No ano acabado no 3º trimestre de 2016, os CTUP registaram um aumento de 1,4%, em resultado do aumento da remuneração média (taxa de variação de 1,1%), tendo a produtividade diminuído ligeiramente. No 3º trimestre de 2016 verificaram-se aumentos do emprego, do total das remunerações pagas e da remuneração média.



Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

As Contas Trimestrais por Setor Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Assim, comparativamente com a publicação anterior referente ao 2º trimestre de 2016, as revisões refletem a incorporação dos resultados

atualizados das contas trimestrais para o conjunto da economia, publicados a 30 de Novembro passado, e a incorporação das Contas Económicas da Agricultura, publicadas pelo INE no dia 13 de dezembro. Adicionalmente foram também integradas as versões mais recentes da Balança de Pagamentos e das Estatísticas Monetárias e Financeiras produzidas pelo Banco de Portugal.

Notas metodológicas

Os resultados têm uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões, e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por não serem ajustadas de sazonalidade. Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (ou Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) (P.5) inclui a FBCF, a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (Líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O Rendimento Nacional Bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O Produto Interno Bruto (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

Taxa de investimento – A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das AP de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.